

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.411.600 - PR (2018/0323267-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : JOSIANE BATISTA
ADVOGADOS : KARL GUSTAV KOHLMANN E OUTRO(S) - PR036130
WILSON EDGAR KRAUSE FILHO - PR042135
KARIN KASSMAYER - PR036352
AGRAVADO : COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ SANEPAR
ADVOGADOS : ELIZABET NASCIMENTO E OUTRO(S) - PR012845
MARCUS VENICIO CAVASSIN - PR023162
KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE - PR021785
LUCIANO SILVA DE LIMA - PR063354

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. ÁGUA E ESGOTO. ART. 9º, § 1º, VIII, DO RISTJ. REDISTRIBUIÇÃO DO FEITO A UM DOS MINISTROS INTEGRANTES DAS TURMAS DA PRIMEIRA SEÇÃO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial apresentado por Josiane Batista, calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 494):

APELAÇÃO CÍVEL - RESPONSABILIDADE CIVIL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) SÃO JORGE - RECURSO DE AGRAVO RETIDO - NÃO CONHECIDO - RECEBIMENTO DA APELAÇÃO - JUÍZO DE RETRATAÇÃO IMPLÍCITO - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - IMPROCEDÊNCIA - INDÍCIOS DE MAU CHEIRO DA REGIÃO CIRCUNVIZINHA - INSTRUÇÃO PROBATÓRIA INDISPENSÁVEL - NECESSIDADE DE PROVA TÉCNICA - ANULAÇÃO EX OFÍCIO DA SENTENÇA - REMESSA DOS AUTOS À PRIMEIRA INSTÂNCIA - RECURSO CONHECIDO - PREJUDICADA ANÁLISE DAS RAZÕES.

Nas razões do recurso especial, a recorrente apontou violação ao arts. 85, 373, 384 e 1.022 do CPC/2015; 6º do Código de Defesa do Consumidor; e 3º e 14 da Lei 6.038/1981.

Brevemente relatado, decido.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Consoante o disposto no art. 9º do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, a natureza da relação jurídica em litígio determina a competência entre as Seções desta Corte e, no caso, está-se diante de competência da Primeira Seção, disciplinada no inciso VIII do § 1º do art. 9º do referido regimento interno.

A título exemplificativo, citam-se estas decisões monocráticas proferidas, em casos análogos, por Ministros integrantes da Primeira Seção: AgInt no AREsp 1.269.454/SP, Relator o Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 05/11/2018); e REsp 1.757.447/PR, Relator o Ministro Herman Benjamin, DJe 28/11/2018).

Dessa forma, determino sejam os autos encaminhados para redistribuição a um dos Ministros integrantes das Turmas da Primeira Seção.

Publique-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator